SANGLARD, Fernanda Nalon

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
<nanda_nalon@hotmail.com>

SANTOS, João Guilherme Bastos dos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da UERJ.
<gui_bsantos@hotmail.com>

A ação coletiva muito além das organizações

RESUMO

Agir coletivamente exige associação voluntária com pessoas que compartilham interesses e pode representar a possibilidade de atuar na solução de problemas em escala local, nacional ou global. As diferentes formas de interação e engajamento entre as pessoas dentro de organizações voltadas para ação coletiva são parte essencial deste processo e não podem mais ser ignoradas se buscamos entender como a relativização de fronteiras geográficas, cívicas e profissionais influencia esta modalidade de ação. É a partir desse pressuposto que Bruce Bimber, Andrew J. Flanagin e Cynthia Stohl, docentes da Universidade da Califórnia em Santa Barbara, nos Estados Unidos, partem para a análise proposta na obra "Collective action in organizations: Interactions and engagement in an era of technological changes" (Ação coletiva nas organizações: Interações e engajamento em uma era de mudanças tecnológicas), cuja primeira edição foi publicada em 2012 pela editora da Universidade Cambridge.

Palavras-chave: ação coletiva; organizações; comunicação política.

ABSTRACT

Acting collectively requires voluntary association with people who share interests and can represent the possibility of acting to solve problems at the local, national or global. The different forms of interaction and engagement between people within organizations devoted to collective action are essential part of this process and can no longer be ignored if we seek to understand how the relativization of geographical boundaries, civic and professional influences this kind of action. It is from this premise that Bruce Bimber, Andrew J. Flanagin and Cynthia Stohl, professors at the University of California at Santa Barbara, United States, depart for the analysis proposed in the book "Collective action in organizations: interactions and engagement in an era of technological change", whose first edition was published in 2012 by the editor of Cambridge University.

Keywords: collective action; organizations; political communication.

A ação coletiva muito além das organizações

[Collective action far beyond organizations]

SANGLARD, Fernanda Nalon
SANTOS, João Guilherme Bastos dos

resenha de

BIMBER, Bruce; FLANAGIN, Andrew J.; STOHL, Cynthia. *Collective action in organizations: Interactions and engagement in an era of technological changes*. United States: Cambridge University Press, 2012. 225 pp.

116

Agir coletivamente exige associação voluntária com pessoas que compartilham interesses e pode representar a possibilidade de atuar na solução de problemas em escala local, nacional ou global. As diferentes formas de interação e engajamento entre as pessoas dentro de organizações voltadas para ação coletiva são parte essencial deste processo e não podem mais ser ignoradas se buscamos entender como a relativização de fronteiras geográficas, cívicas e profissionais influencia esta modalidade de ação. É a partir desse pressuposto que Bruce Bimber, Andrew J. Flanagin e Cynthia Stohl, docentes da Universidade da Califórnia em Santa Barbara, nos Estados Unidos, partem para a análise proposta na obra “*Collective action in organizations: Interactions and engagement in an era of technological changes*” (Ação coletiva nas organizações: Interações e engajamento em uma era de mudanças tecnológicas), cuja primeira edição foi publicada em 2012 pela editora da Universidade Cambridge.

No livro, os autores reconceitualizam a ação coletiva a partir de revisão bibliográfica dos principais trabalhos científicos sobre o tema e identificam divergências, complementaridades e lacunas entre a teoria tradicional da ação coletiva, suas modificações, a teoria organizacional e os estudos sobre grupos de interesse. O aporte teórico é cruzado com a ampla pesquisa envolvendo

integrantes de três influentes organizações nos Estados Unidos (The American Legion, AARP e MoveOn).

A Ação Coletiva na era pós-burocrática

Em um contexto em que a participação e o envolvimento estão emaranhados na tecnologia e em mudanças que tornam o ambiente de ação coletiva cada vez mais complexo, o estilo de participação que as pessoas constroem para si não é menos importante do que o tipo de organização a qual elas escolheram pertencer.

Entende-se a ação coletiva como a união daqueles que advogam por uma causa, recrutam manifestantes para protestar ou se unem para ganhar voz e representatividade perante instituições públicas, corporações¹ e outros órgãos. Seja com objetivo de promover o debate público sobre algum tema específico (como saúde), ou pela necessidade de reunir pessoas para promover algum “bem público” compartilhado.

Por muito tempo, a literatura acadêmica situou as organizações – e não os indivíduos – no centro da ação coletiva. Como exemplo, há o clássico de Olson “A lógica da ação coletiva” (1965), que se concentra nas escolhas feitas pelos indivíduos ao participarem ou não de esforços coletivos e dos problemas decorrentes da acomodação daqueles que podem desfrutar dos resultados da ação coletiva sem dela participar, o chamado *free riding*². A visão presente na obra, e largamente aceita, é de que as organizações solucionam os problemas de *free riding*. Nesse raciocínio, elas atuam a favor do interesse de grupos de pessoas, incorporando e representando suas preocupações, capacitando e organizando-as de forma a distribuir os custos e incentivos.

Nas análises históricas e estruturais do crescimento e possível declínio da sociedade civil, temas organizacionais são cruciais e, frequentemente, ofuscam o nível individual de variação na perspectiva dos cidadãos. As análises sobre movimentos sociais, por exemplo, normalmente focam as estratégias, repertórios e táticas usados para desenvolver circunscrições organizacionais.

Contudo, o espaço do indivíduo e da organização na história da ação coletiva tem sido atualizado recentemente. Entre os muitos casos de ação coletiva estudados nos últimos anos, os que têm atraído maior atenção são os não administrados por qualquer organização formal ou centralizada. Percebe-se também a proliferação e o envolvimento

¹ Os autores consideram corporação como instrumento de agregação de interesse privado.

² Termo usado para se referir ao parasitismo, à carona (*free ride*) que as pessoas pegam para, sem qualquer esforço, atingir algum objetivo. Cabe ressaltar a conotação negativa, já que a opção dos indivíduos por se esforçarem menos do que os outros para conseguir os mesmos objetivos recai no “dilema da ação coletiva”.

das tecnologias de informação como base de um ambiente que facilita a localização de pessoas com interesses comuns. Serve de exemplo o movimento pela mudança do regime em vigor na Tunísia, no Egito e na Líbia entre o fim de 2010 e meados de 2011. O movimento não surgiu pautado em organizações, mas de diversas frustrações da sociedade que reuniam indivíduos sem muitas afinidades em outras esferas. Na Tunísia e no Egito, as mídias digitais³ contribuíram para reunir cidadãos que se coordenavam entre si e informavam ao mundo o que estava acontecendo sem a necessidade de uma organização burocratizada e centralizadora.

Embora o caso relatado possa ser considerado efêmero, ele é utilizado por Bimber et al para contextualizar a possibilidade de desenvolvimento de movimentos organizados de forma descentralizada e sem dependência de organizações formais, no que seria uma era pós-burocrática. É justamente o entendimento de como as organizações se inserem nesta nova era que interessa à pesquisa em questão.

Trabalhos anteriores dos próprios autores discutem a possibilidade de organizar diversos indivíduos de forma eficiente fora de uma organização formal. Para tal, eles usam da diferenciação dos termos “*organizing*” e “*organization*”, que pode ser descrita como a diferença entre o ato de organizar e a organização enquanto instituição.

Para os pesquisadores, a ampliação das possibilidades de comunicação entre as pessoas também contribui para mudanças do comportamento destas em relação às organizações as quais pertencem e aos demais membros dessas entidades. No entanto, eles acreditam ser falsa a dicotomia que caracteriza as organizações como sendo sempre necessárias ou sempre irrelevantes, ou que classificam os indivíduos e suas formas de interações com base unicamente na organização a qual pertencem.

Bimber, Flanagin e Stohl destacam que, a partir dos anos 1990 – quando quase um quinto das 37 mil organizações não governamentais foram fundadas, de acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU – as mídias digitais ampliam consideravelmente a viabilidade de organização fora das organizações. Isso talvez justifique o fato de o número de organizações sociais transnacionais ter triplicado entre 1983 e 2003. Outra mudança importante diz respeito à proliferação de projetos em que as pessoas se dispõem a contribuir com tempo e experiência para criar coisas de valor público sem que haja controle de organizações ou incentivos materiais.

³ Os autores não distinguem “on-line” e “digital” como já foi defendido por alguns pesquisadores, como Ricardo Nicola (Cibersociedade: quem é você no mundo on-line? São Paulo: Senac, 2004), para quem o on-line é feito em rede, enquanto o digital compreende apenas o sistema de produção. Ainda que todo produto disponível on-line seja digital, nem tudo que é digital estará on-line. Essa diferenciação, entretanto, não faz sentido para Bimber et al, que traduz como “digital media” as novas tecnologias digitais de comunicação e informação.

Assim, o trio apresenta os avanços da teorização da ação coletiva a partir do estudo de caso das três organizações americanas citadas: The American Legion, AARP e MoveOn. Para tanto, eles propõem estudar o espaço da ação coletiva focando os indivíduos que formam esses movimentos e não apenas a organização na qual estes se inserem. A intenção é compreender como se dá a interação e o engajamento nesses grupos, mas partindo da centralidade do indivíduo e levando em conta a variedade de perfis.

Se as possibilidades promovidas pela internet são capazes de destruir fronteiras previamente estabelecidas e mantidas pelas organizações, Bimber et al defende que a filiação e a participação na ação coletiva pode, mais do que nunca, ser constituída comunicativamente pelos indivíduos, mais do que pelas organizações. Ainda que nem todos os integrantes de organizações usem as mídias digitais para construir redes sociais com outros membros ou para estabelecer relações pessoais duradouras, o fato de estarem inseridos em uma infraestrutura sociotécnica, onde estas tecnologias são quase ubíquas, faz com que também sintam os efeitos destas tecnologias.

Por isso, buscar entender como a experiência de interação humana varia dentro dos grupos, e não apenas entre os grupos, é uma questão central da análise proposta no livro. Uma das hipóteses trabalhadas é a de que as experiências dentro das organizações têm sido mais diversas do que as descritas até então pela academia.

Além da preocupação com a interação, a obra “Collective action in organizations” também busca destacar o engajamento⁴ como segunda dimensão importante do contexto da ação coletiva. Considerando engajamento como o modo pelo qual as pessoas são capazes de contribuir e aprender sobre a organização, seus objetivos, falhas e sucessos, bem como as oportunidades para assumirem um papel em conformidade com a organização.

Os autores partem de bases teóricas de referência, como Beninger (1986) – que situa as origens da era da informação contemporânea no período de industrialização –, Carey (1989) – que destaca a invenção do telégrafo pela possibilidade de movimentar símbolos independentemente no tempo e no espaço –, e Castells (2000) – argumentando que a comunicação contemporânea e as tecnologias de informação introduziram uma era informacional em que a economia global é caracterizada pelo fluxo rápido da informação que privilegia certos grupos e que as redes de informação eletrônica servem de base para a sociedade.

Para medir o grau de envolvimento nesse tipo de mobilização, são propostas três categorias de estudo: participação, confiança e identificação. Estas categorias são analisadas a partir de inúmeras

⁴ Cabe ressaltar que o termo em inglês “engagement” usado pelos autores tem significado mais amplo do que “engajamento” em português. “Engagement” pode representar o engajamento como o entendemos, mas também compromisso, noivado, obrigação e ocupação.

entrevistas por telefone com auxílio de computadores, envolvendo integrantes das três organizações em questão, selecionados aleatoriamente a partir do sorteio de números telefônicos, e de pesquisa on-line feita após convite enviado por e-mail também de maneira aleatória.

O ambiente de mídia contemporâneo e a evolução das fronteiras

As novas possibilidades e capacitações decorrentes do desenvolvimento de mídias e redes sociais on-line trazem duas inovações importantes para a compreensão da ação coletiva na contemporaneidade: a estrutura tecnológica que facilita o envolvimento entre as pessoas em âmbito social, político e intelectual; e a maneira como a apropriação destas tecnologias promove a ubiquidade da infraestrutura sociotécnica, bem como sua influência na prática social, mesmo que nem todos os membros envolvidos nas ações em questão tenham acesso a essas tecnologias.

A inovação referente à estrutura diz respeito principalmente ao desenvolvimento de tecnologias desenhadas para o processamento e compartilhamento de informações de maneira distribuída e descentralizada. Isto permitiria formas de interação mais horizontais entre as pessoas nas “pontas” destas estruturas em forma de rede, reduzindo a necessidade e a importância da hierarquia para a coordenação de ação e articulação entre os indivíduos.

A ideia de ubiquidade da infraestrutura sociotécnica pode ser entendida por meio de dois exemplos interessantes. A importância da “cultura do automóvel” na sociedade norte-americana faz com que boa parte da configuração espacial da cidade busque explorar as potencialidades econômicas e sociais do uso desta nova tecnologia, o que faz com que o impacto dela no planejamento urbano e na prática social seja palpável mesmo se a maioria das pessoas presentes naquele ambiente não tiver um carro.

Uma ressalva importante, no entanto, é feita com o auxílio de outro exemplo. Em cada etapa da popularização do telefone mais pessoas foram incluídas como usuários, novos usos e conexões sociais foram explorados, novas expectativas e possibilidades envolvidas. O telefone se tornou tecnologia básica para o funcionamento social, portanto ubíqua, alterando a forma como as pessoas pensam em organizar seus esforços e a percepção dos custos envolvidos com isso. No entanto, não se espera que haja correlação necessária entre a utilização do telefone e o aumento do engajamento cívico ou ação política por parte dos cidadãos que utilizam esta tecnologia mais intensamente.

Neste sentido, a apropriação destas tecnologias teria efeitos de primeira, segunda e terceira ordem: os efeitos de primeira ordem dizem respeito à apropriação destas tecnologias para fazer com

menor esforço as mesmas coisas que se poderia fazer com as tecnologias que a antecederam, “fazendo o mesmo com menos esforço”; os de segunda ordem dizem respeito ao aumento na quantidade e qualidade das coisas feitas anteriormente, “fazendo mais com menos esforço”; e os de terceira ordem dizem respeito às inovações, reconfigurações e usos novos que permitem às pessoas “fazer mais com esforços diferentes”, não apenas utilizando a tecnologia para aprimorar antigas rotinas, mas para promover novas oportunidades.

As tecnologias que inovam as maneiras de coordenar e conectar pessoas, e compartilhar informações de todas as ordens, além de facilitar a identificação de preferências faz com que as fronteiras de informação que separariam “o que é meu, o que é seu e o que é nosso” fiquem cada vez mais turvas. Isso tem impacto no controle das organizações sobre a interação entre seus membros e sobre a capacidade destes últimos em se organizar e articular de maneira independente paralelamente à sua atuação dentro da organização. A relativização dessas fronteiras, paralelamente ao desenvolvimento de novas tecnologias da informação e comunicação, ocorre não só com fronteiras espaciais, mas também com aquelas que separariam as experiências profissionais, pessoais e cívicas, o que faz com que esta relação seja abordada ao longo de todo o estudo em questão.

121

O Espaço da Ação Coletiva

Ressalta-se que uma das principais inovações da pesquisa diz respeito ao que os autores definem como espaço da ação coletiva. De acordo com eles, as teorias da ação coletiva têm rica herança das ciências sociais, sendo uma das poucas disciplinas que – nas universidades americanas – abrangem amplamente contribuições das ciências econômicas, políticas, sociológicas, da comunicação e da ecologia. Mas esse modelo teórico tem sido objeto de crítica e modificação, e representa um campo em construção.

Tradicionalmente, ações coletivas são enquadradas como caminho para algum êxito compartilhado ou bem público. Contudo, muitos obstáculos da ação coletiva são assumidos como problemas da comunicação organizacional e ficam restritos a ela, como as preocupações referentes à localização e contato apropriado com os participantes ou integrantes em potencial, motivação e persuasão. A legitimidade da ação coletiva estaria situada, em parte, nas identidades organizacionais. Mas o enfraquecimento das fronteiras associado às características das mídias digitais indica o estabelecimento de uma ordem muito mais complexa, não necessariamente vinculada à rubrica dos arranjos organizacionais. Onde estão as fronteiras organizacionais da informação quando uma pessoa posta um vídeo independente no Youtube e ele é “linkado” por

um membro no site de uma organização ou grupo de interesse e em seguida compartilhado por integrantes de outras organizações?

Mesmo que alguns olhares tradicionais recaiam sobre a ideia de que os interesses de cada grupo são conhecidos e homogêneos, Bimber et al contraria esse ponto de vista ao defender que os integrantes são diversos, com interesses que podem ser distintos, ainda que compartilhem alguns objetivos. Sendo assim, a perspectiva organizacional contribui para alterar a teoria clássica da ação coletiva, mas se limita a alguns aspectos.

Os estudos organizacionais têm dois focos majoritários: um voltado para o *free riding* e o problema da apatia dos filiados, e outro que se ocupa em buscar compreender a tendência geral ao controle oligárquico voltado para o aumento da eficiência da organização, além do esforço organizacional para persuadir os integrantes de fato e em potencial. Mas a preocupação principal do livro em questão não é com a estrutura das organizações e as estratégias usadas por elas, mas com a experiência pessoal de seus integrantes e sua heterogeneidade. A natureza fluida das fronteiras no ambiente das novas mídias não sugere simplesmente incremento de flexibilidade, múltiplas estratégias ou hibridismo de parte das organizações de ação coletiva, mas trazem ainda mais complexidade e a heterogeneidade das experiências individuais com os outros.

No espaço da ação coletiva proposto por Bimber et al, a interação entre os membros flutua entre *pessoal* e *impessoal* e o engajamento entre *institucional* e *empreendedor*. Os limites em torno da tomada de decisão envolveriam o engajamento, que abrange a extensão na qual são oferecidas – ou encontradas – oportunidades para que os participantes compartilhem a tomada de decisão ou possam influir na agenda organizacional, independente de onde as decisões hierárquicas são tomadas de fato.

Idealmente, o engajamento institucional fica restrito à estrutura organizacional e segue o modelo clássico, estabelecido prioritariamente em organizações burocráticas, em que há um conjunto padronizado de regras, normas e formas de contribuição; já o empreendedor ocorre quando o indivíduo tem um grau de autonomia maior e pode participar do desenho da ação coletiva da organização segundo suas próprias iniciativas, sem ser sancionado ou controlado por autoridade central.

Como interação pessoal dentro das organizações os autores entendem uma forma de interação intencional – com conhecimento dos outros ao longo do tempo e concomitante desenvolvimento de relações interpessoais – que está centrada nas relações sustentadas com os indivíduos cujas identidades ou atributos pessoais específicos importam. Já a interação impessoal enfatiza a expressão e não envolve nenhum contato pessoal, direto, e os indivíduos permanecem como “desconhecidos” (p. 89). É comum encontrar dentro de qualquer organização membros que interagem muito

pessoalmente, interagem moderadamente ou preferem não interagir.

Assim, os autores criaram inicialmente um modelo bidimensional, o *espaço da ação coletiva*, que estabelece quatro quadrantes, cada um representando uma combinação específica de interação e engajamento dos membros das organizações.

Segundo os pesquisadores, qualquer combinação é possível. A interação pessoal, por exemplo, pode acompanhar o engajamento institucional ou o empreendedor, assim como uma das formas de engajamento pode acompanhar qualquer tipo de interação. Mas a localização dos membros pode variar se outras organizações e contextos forem analisados. Cabe ressaltar ainda que as pessoas podem ocupar qualquer espaço na linha da interação ou no eixo do engajamento. Ou seja, o engajamento, por exemplo, pode variar de extremamente empreendedor a totalmente institucional, mas também pode ficar no meio do caminho.

Portanto, é possível que membros da mesma organização ocupem, simultaneamente, espaços distintos no diagrama exposto acima, podendo, inclusive, alterar sua localização entre os quadrantes. O objetivo dos autores ao analisar as três organizações em questão é verificar em qual desses espaços os integrantes deixam a maior “pegada” (ou rastro) e se ela confirma os pressupostos e afirmações lançados por pesquisadores tradicionais das teorias das organizações, da ação coletiva clássica, do capital social e dos grupos de interesse.

Ao abordar o *footprint* (pegada, rastro), Bimber et al esclarece que as organizações que experimentam vários tipos de filiações podem garantir rastros maiores nesse diagrama da ação coletiva. Já aquelas como a World Wildlife Fund (WWF), caracterizada como um grupo de interesse clássico, que possui filiações mais homogêneas (neste caso, anônimas), as pegadas no espaço da ação coletiva são pequenas, pois não há oferta de forma de interação pessoal e oportunidade de engajamento apenas por meio de doações ou contato com instituições públicas oficiais, limitando a pegada no quadrante inferior direito. Vale ressaltar que a área ocupada pelos membros de uma organização pode ser descontínua.

Bimber, Flanagin e Stohl defendem que o espaço da ação coletiva proposto por eles foi moldado para capturar o grau em que as fronteiras se tornam turvas, não apenas porque a população muda de lugar de forma mais rápida e diversa do que propõem as teorias da ação coletiva tradicional e das organizações, mas também para questionar se as organizações e seus membros estão tomando caminhos imprevisíveis.

As organizações em estudo

The American Legion

Criada em 1919 por quatro oficiais do exército americano, não governamental, não partidária e sem fins lucrativos, foi fundada para melhorar a qualidade de vida de quem atuou em áreas de conflito. Com o tempo, a American Legion começou a reivindicar a defesa dos direitos de todos os combatentes antigos, oferecendo benefícios aos membros e a seus familiares e funcionando como uma espécie de sindicato dos oficiais da reserva. Possui cerca de 2,5 milhões de membros e cobra taxa de filiação, tem estrutura federativa burocrática e hierárquica, com três sedes, 55 departamentos nas capitais e grandes cidades e 14 mil postos locais (Legion Posts) no interior e em outros países. A orientação é moderadamente liberal, a organização incentiva o trabalho voluntário e tem quatro pilares: americanismo, direitos das crianças e dos adolescentes, segurança nacional e relações estrangeiras, e assuntos de interesses dos veteranos.

124

AARP

Organização civil fundada em 1958 por professores aposentados, desde 1999 abandonou o nome completo “American Association of Retired Persons” para usar apenas a sigla AARP, como reflexo da ampliação da atuação, que não ficava mais restrita à defesa dos direitos dos idosos e aposentados. Com mais de 50 anos, a organização tinha, em 2010, cerca de 40 milhões de afiliações. É considerado um dos maiores grupos de interesse dos Estados Unidos e cobra taxa de filiação. Os membros se inscrevem pela internet diretamente na organização nacional, que tem 25 mil unidades locais voltadas para incentivar os membros a praticarem atividades comunitárias. A maioria das propostas parte do topo da organização e as prioridades são relacionadas a questões nacionais. A principal preocupação é relativa ao envelhecimento populacional. O lema da AARP é melhorar a qualidade de vida, proporcionando informação, serviços de advocacia, seguro de saúde e descontos na rede de parceiros.

MoveOn

Mais nova das três organizações, foi fundada no fim da década de 1990 como um projeto de reivindicação ao Congresso Americano, na época do processo de impeachment de Clinton. A petição criada por dois empresários do ramo de software tinha o objetivo de cobrar que os legisladores não centrassem todos os esforços apenas na apuração do caso, mas prosseguissem com os trabalhos parlamentares e de aprovação de leis, com o slogan “*move on*” (siga em frente). A ação resultou em uma enxurrada de aproximadamente 400 mil e-mails enviados ao congresso com o pedido. Não vinculada a partido político, a organização não cobra taxa de filiação e tem estrutura enxuta. A agenda é focada em preocupações ambientais e referentes à imigração e saúde. A MoveOn tem dois milhões de membros e 24 representações nacionais, mas não há sedes centralizadas que concentrem os voluntários ou “diretores”, sendo que cada um atua de um local. Diferentemente das outras organizações, o MoveOn é uma organização definida pela participação, a única motivação para que uma pessoa pertença ao MoveOn e a única forma de pertencer a ele, é participando.

125

A partir da compreensão de que o espaço da ação coletiva pode integrar tópicos teóricos advindos de diferentes vertentes (capital social, grupos de interesse e organizações), o estudo propõe uma nova maneira de enxergar as organizações. Assim seria possível compreender os grupos e seus integrantes não só a partir das características estruturais das organizações ou de características demográficas valorizadas tradicionalmente, mas das derivações ambientais e do perfil dos membros no tocante a motivações, confiança, identificação e contribuições em relação à organização da qual fazem parte.

O acesso às listas com todos os filiados à AARP, American Legion e MoveOn, permitiu estabelecer três amostras de populações para análise. Para coletar informações com os integrantes de cada organização, foi utilizada entrevista eletrônica assistida por computador – procedimento realizado a partir de sorteio dos números de telefone dos membros para constituição de uma amostra de cada população. Outro método utilizado foi o de aplicação de questionário on-line, a partir de envio de convite único, feito por e-mail, a partir de sorteio dos endereços de e-mail contidos nas listas.

A amostra da American Legion incluiu 2.535 respostas, sendo 761 por telefone e 1.774 por e-mail. A amostra da AARP, que não tinha cadastro de e-mails, foi composta por 854 questionários telefônicos e a MoveOn alcançou amostra de 1.714, sendo 403 por telefone e 1.311 por e-mail.

Para localizar os participantes da pesquisa no espaço da ação coletiva, foi preciso mensurar interação e engajamento. Para tal, foi desenvolvido um conjunto de questões sobre a natureza pessoal da

interação, de forma que fosse possível discernir entre nenhuma interação, interação totalmente impessoal e alguma interação pessoal. Para os que foram incluídos como tendo ao menos algum tipo de interação pessoal, foram aplicados mais dois grupos de perguntas, sendo quatro questões voltadas para a interação com outras pessoas e quatro para a interação on-line. O interesse era saber de que maneira a interação pessoal on-line poderia se relacionar com a interação tradicional (por telefone ou face a face).

Em relação ao engajamento, foi criada uma escala de 1 a 5 para capturar o alcance da experiência das pessoas para se organizarem e tomarem decisão em um grupo, considerando 1 o engajamento altamente institucional e 5 o extremamente empreendedor.

Ao traçar o comportamento dos membros no espaço da ação coletiva, partiu-se do modelo de diagrama bidimensional para atingir uma estrutura tridimensional, em que o eixo x permanece sendo interação e o y engajamento, mas acrescenta o espaço tridimensional z, representando a quantidade de membros em cada ponto do espaço da ação coletiva, criando uma espécie de relevo, onde os picos representam os espaços onde há perfil dominante.

Explorando o espaço da ação coletiva

126

A localização dos membros das três organizações estudadas no espaço da ação coletiva gera o que pode ser entendido como estilos participativos. As composições de interação e engajamento em cada um dos quadrantes do espaço da ação coletiva apontam perfis de participação, divididos em *entusiastas*, *tradicionalistas*, *minimalistas* e *individualistas*. É importante notar que fatores como confiança na organização e identificação revelaram ter pesos diferentes em membros de quadrantes diferentes.

O quadrante definido como entusiastas se encontra no espaço que combina interação pessoal com uma forma de engajamento empreendedor. Em geral os membros localizados neste quadrante buscam uma organização que possa prover um contexto adequado à interação com outras pessoas e uma atuação em prol de sua comunidade. Isso seria suficiente para que eles contribuam, e fatores como a educação importam mais neste caso em particular, porque se envolver de maneira autônoma e empreendedora demanda mais faculdades cognitivas do que se envolver de maneira institucional.

A combinação de interação pessoal e engajamento institucional caracteriza o quadrante identificado como tradicionalista. Este grupo é mais previsível e, no tocante à contribuição com a organização, lidera o espaço da ação coletiva pouco a frente dos entusiastas. Seus integrantes se caracterizam mais como “seguidores civis” do que propriamente como “ativistas civis”, e em geral ficam satisfeitos com os caminhos definidos por sua organização. Sua relação não costuma

ser estratégica ou instrumental, e em geral este grupo atribui importância a motivações sociais.

O quadrante definido como minimalista comporta membros com interação impessoal e engajamento institucional. Eles têm relação mais instrumental com sua organização e em geral contribuem pouco, confiam pouco e se identificam pouco com ela. Diferentemente das expectativas presentes nas teorias tradicionais, este tipo de membro está presente nas três organizações em diferentes proporções e não apenas em organizações caracterizadas como grupos de interesse.

Por fim, o quadrante dos chamados individualistas combina interação impessoal e engajamento empreendedor. Os membros deste grupo estão alinhados com os propósitos da organização a qual pertencem. Em geral, o grupo é composto por pessoas mais idiossincráticas, jovens, pouco previsíveis, que agem de acordo com seus próprios objetivos e não têm muitos amigos dentro da organização. Diferentemente de outros quadrantes, a aplicação de modelos matemáticos de regressão aplicados pelos autores não apresentou resultados satisfatórios para definir as combinações características deste grupo. Isso é explicitado e abordado pelos pesquisadores, o que mostra maturidade e transparência em relação aos resultados da metodologia aplicada.

As novas tecnologias parecem prover um contexto para ação, que é apropriado pelos membros de cada quadrante de maneira diferente. A utilização de novas tecnologias, portanto, não é suficiente para definir nenhum comportamento específico dentro das organizações, contrariando a ideia de que o uso da tecnologia acompanha comportamentos definidos e direcionados.

A pesquisa analisa ainda correlações envolvendo diversas outras variáveis específicas. Fatores como a motivação social são o mais forte preconizador de contribuição, enquanto o alinhamento de objetivos preconiza identificação e confiança na organização.

Portanto, a combinação da percepção das pessoas envolvidas no estudo sobre sua interação com os outros e sobre seu engajamento, compondo modelos de estilos participativos, diz muito sobre suas experiências de ação coletiva. É preciso ressaltar que, separadamente, estas duas dimensões perdem seu caráter explicativo.

O indivíduo e a organização da ação coletiva contemporânea

A pesquisa aponta que a contribuição com a ação coletiva não pode ser pensada somente em termos de decisões instrumentais de agir ou *free ride* frente a incentivos diversos, mas sim como navegação constante entre as fronteiras cada vez mais turvas que separam domínios como o do interesse público dos de interesse privado. O

envolvimento das pessoas nas organizações não é unidirecional, e está associado a fatores como motivação e identificação com a organização antes de fatores demográficos tradicionais. Existem diversas formas de contribuição com a ação coletiva e os fatores mais influentes variam de acordo com estas. Doar dinheiro exige mais confiança no futuro da organização do que assinar uma petição, por exemplo.

Contrariando as teorias tradicionais da ação coletiva, a motivação, muitas vezes social, fala mais sobre o porquê de uma pessoa pertencer a uma organização do que as razões instrumentais para o pertencimento. Entre os quatro estilos de participação, independentemente da organização a qual as pessoas pertencem, a única motivação que prediz contribuição aos objetivos coletivos e atividades é a motivação social.

Porém, mesmo considerando a crescente permeabilidade das fronteiras expostas ao longo da pesquisa em questão, as organizações continuam tendo um papel importante. Ao criar o contexto que dará sentido às formas de interação e engajamento entre os membros, ela tem potencial para alterar as consequências de um modelo participativo específico. A expectativa de uma pessoa quanto à organização pode dar sentidos diferentes à localização no espaço da ação coletiva. Organizações como grupos de interesse têm membros com relações impessoais mais dispostos a contribuir, uma vez que isso não viola as expectativas destes quanto ao grupo, diferentemente de grupos voltados para a constituição de capital social, que quebrariam a expectativa de seus membros e poderiam ter dificuldades em obter contribuições significativas na ausência de interações mais pessoais com outros membros.

Os estilos participativos variam entre os quatro quadrantes do espaço de ação coletiva na maioria das organizações (se não em todas). Com exceção de organizações pequenas, que trabalham de maneira diferente, os autores especulam sobre similaridades e diferenças de estilos participativos encontrados nas organizações analisadas e possíveis de serem verificados em outras grandes organizações.

Um dos desafios dos estudos nesta área identificado pelos autores é entender o que contribui para um estilo participativo específico em uma organização diferir daquele que a mesma pessoa pode desenvolver em outra. A existência de organizações como o MoveOn aponta para a necessidade de tipificar novas categorias.

128

Presidente: Luciana Veiga (UFPR)
Vice-Presidente: Alessandra Aldé (UERJ)
Secretário Executivo: Ricardo Fabrino (UFMG)
Editora-Chefe: Alessandra Aldé (UERJ)
Subeditores: Marco Roxo (UFF) e Viktor Chagas (UFF)

<<http://compolitica.org/revista>>

A Revista Compolítica é uma revista eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Com periodicidade semestral, sua proposta é difundir a produção acadêmica relacionada às interfaces desses campos de estudo.

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

SANGLARD, Fernanda Nalon; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. *A ação coletiva muito além das organizações*. In: **Revista Compolítica**, n. 3, vol. 1, ed. janeiro-junho, ano 2013. Rio de Janeiro: Compolítica, 2013.